

Empoderamento Feminino e Políticas de Transferência Condicional de Renda: Evidências para o Programa Bolsa Família¹

Maria Carolina A. Couto
IERI/UFU

maria_carolinaac@hotmail.com

Carlos C. S. Saiani
IERI/UFU

ssaiani@ufu.br

Resumo

Embora não seja um objetivo declarado, devido ao pagamento às mulheres, possíveis efeitos no empoderamento feminino de políticas de transferência condicional de renda em geral e, especificamente, do Programa Bolsa Família (PBF) são sugeridos na literatura. Para contribuir ao debate, com dados da Pesquisa Nacional da Demografia e Saúde da Criança e da Mulher e estimativas com *Propensity Score Matching*, o objetivo deste estudo foi avaliar se o PBF pode ser considerado como um catalisador (ou facilitador) do empoderamento, possibilitando que as beneficiárias alcancem níveis mais elevados de poder. As análises consideraram dois índices sintéticos de empoderamento, alinhando-se a uma tendência atual do feminismo acadêmico: um sinaliza as dimensões econômica e doméstica do processo; o outro, a dimensão psicológica, refletida na percepção quanto ao consenso em uma relação sexual. Os resultados indicam que o PBF elevou a probabilidade de uma mulher passar do nível médio ao alto de empoderamento econômico e doméstico (em aproximadamente 6 pontos percentuais). Tal resultado denota um efeito positivo não planejado do programa sobre a questão de gênero, mas concentrado apenas em mulheres que já têm certo grau de consciência e empoderamento econômico e doméstico e que, a partir do recebimento dos benefícios, passam a ter maior probabilidade de expandir.

Palavras-chave: Empoderamento Feminino. Programa Bolsa Família. *Propensity Score Matching*.

Abstract

Although it is not a stated objective, due to the payment to women, possible effects on women's empowerment of conditional cash transfer policies in general and, specifically, of the Bolsa Família Program (PBF) are suggested in the literature. To contribute to the debate, with data from the National Survey of Demographics and Health of Children and Women and estimates with *Propensity Score Matching*, the aim of this study was to assess whether the PBF can be considered as a catalyst (or facilitator) of empowerment, enabling the beneficiaries to reach higher levels of power. The analyzes considered two synthetic indices of empowerment, in line with a current trend in academic feminism: one indicates the economic and domestic dimensions of the process; the other, the psychological dimension, reflected in the perception of consensus in a sexual relationship. The results indicate that the PBF increased the probability of a woman moving from the medium to the high level of economic and domestic empowerment (by approximately 6 percentage points). This result denotes an unplanned positive effect of the program on the issue of gender, but concentrated only on women who already have a certain degree of awareness and economic and domestic empowerment and who, after receiving the benefits, are more likely to expand it.

Keywords: Women's Empowerment. Bolsa Família Program. *Propensity Score Matching*.

Classificação JEL: I38. J16. J18.

Área ANPEC: 12 – Economia Social e Demografia Econômica

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

1. Introdução

As desigualdades de gênero observadas nos âmbitos sociais, econômicos e políticos não são produtos de diferenças biológicas, mas sim de construções sociais que segregam mulheres, subjulgando-as como indivíduos inferiores. A subordinação das mulheres sustenta-se, ao longo dos séculos, por meio do patriarcado, uma estrutura de opressão que se mantém pelo próprio discurso e pela violência simbólica em que nela se concretiza. Nesta lógica, as construções ideológicas sobre a inferioridade feminina são armas para manter a repressão e violência contra a mulher (ARRIAGADA, 2004; BEAUVOIR, 2009; KERGOAT, 2009; BASTOS et al., 2018).

Nesse contexto, o feminismo surge como um movimento sociopolítico coletivo que tem como propósito reivindicar os direitos e ampliar o escopo de participação social das mulheres. Ressalva-se que, por mais que o feminismo seja um movimento plural em vertentes, de alguma forma a questão do empoderamento feminino permeia toda a discussão, já que, no geral, é pela via da redistribuição do poder entre os gêneros que seria possível alcançar um papel de equidade para as mulheres na sociedade. Assim, em uma perspectiva feminista, só seria possível quebrar a lógica patriarcal de desigualdade de gênero pelo empoderamento feminino (LISBOA, 2008).

O empoderamento feminino é usualmente entendido com um processo multidimensional, contextual e heterogêneo pautado em aspectos individuais e estruturais; no entanto, também é reconhecido que políticas públicas, nem sempre específicas ao tema, podem gerar ambientes propícios para as mulheres potencializarem práticas de empoderamento (ROWLANDS, 1995; BERTH, 2019). Assim, mesmo não sendo um de seus objetivos declarados, são comuns análises de políticas de transferência condicional de renda (PTCR) associadas ao empoderamento, em especial quando há transferência prioritária às mulheres – embora a justificativa para isso tende a ser o melhor uso dos recursos e a ênfase ao bem-estar da família (MOLYNEUX; 2006, 2007).

O Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil é um exemplo de PTCR que não tem objetivos declarados relacionados a questões de gênero; porém, ao priorizar as mulheres no recebimento de recursos, motiva várias análises nesse sentido. Especificamente quanto ao empoderamento, não há consenso na literatura quanto a um efeito positivo da participação no PBF. Tal fato fica claro neste estudo com a sistematização das evidências de impactos do programa em aspectos relativos às mulheres. Por isso, o presente estudo se propõe a garantir mais evidências ao debate.

O objetivo é avaliar se o PBF pode ser considerado como um catalisador (ou facilitador) do processo de empoderamento feminino, possibilitando que as mulheres alcancem níveis mais elevados de poder. Para isso, são utilizadas estratégias empíricas baseadas em *Propensity Score Matching* aplicadas a dois índices sintéticos de empoderamento: um que denota a capacidade de tomar decisões econômicas e domésticas e o outro que sinaliza o poder de tomar decisões autônomas que envolvam seus desejos e corpo, o que se reflete na percepção do consenso em relações sexuais. Ao usar índices sintéticos, o estudo alinha-se ao movimento do feminismo acadêmico em direção a tornar o empoderamento mais analítico e metodológico (LÉON, 2001).

Além desta introdução e das considerações finais, este estudo é composto por mais quatro seções. A segunda seção apresenta uma breve revisão referente ao conceito de empoderamento feminino e à sua mensuração por índices sintéticos. A terceira seção sistematiza as evidências da interface entre o PBF e questões de gênero. Na quarta, são discutidas as estratégias empíricas (índices de empoderamento, métodos e modelos). Finalmente, a quinta apresenta os resultados.

2. Empoderamento feminino: complexidade na conceituação e mensuração

Para Batliwala (1997), falar de empoderamento é falar de poder, definido sinteticamente como o controle sobre recursos materiais (físicos, humanos ou financeiros), intelectuais e ideológicos. Assim, a magnitude do poder depende dos recursos controlados. Rowlands (1995)

destaca que, convencionalmente, o poder envolve uma relação de obediência que, analisada na perspectiva de gênero, se dá tradicionalmente das mulheres para os homens, funcionando como um instrumento de dominação que pode interferir nos mais diversos aspectos da vida delas.

Tal poder pode ser exercido de forma sutil. Rowlands (1995) discute como pessoas para as quais o poder foi sistematicamente negado internalizam a mensagem de como deveriam se comportar, fenômeno denominado como “opressão internalizada”. Nessa linha, Malhotra et al. (2002) chamam a atenção para a possibilidade das mulheres, ao assimilarem a falsa ideia de que são dignas de menor valor que os homens, passam a tomar decisões que reforçam o *status* de subordinação. Kabeer (1999) afirma que tal fato faz com que algumas mulheres adotem pensamentos e posturas de discriminação contra outras, perpetuando a discriminação de gênero.

Assim, o empoderamento feminino se manifestaria como a redistribuição do poder que desafia as relações patriarcais e transforma o tradicional controle dos homens sobre as mulheres (BATLIWALA, 1997). Para Rowlands (1995), tal empoderamento não deve apenas permitir o acesso à arena de tomada de decisões, mas também incluir o processo que leva as mulheres a se perceberem como capazes e com o direito de ocuparem tais espaços de decisão e influência, desfazendo as construções negativas sobre o papel social que deveriam supostamente exercer.

Embora o empoderamento feminino seja discutido na esfera acadêmica há muito tempo e esteja em voga nos últimos anos, com a maior disseminação de pautas e discussões feministas nos meios de comunicação, ainda há dificuldade no estabelecimento de um consenso conceitual. Porém, alguns aspectos são comuns a boa parte das contribuições. Nesse sentido, o presente estudo segue a interpretação do empoderamento feminino como um processo multidimensional (ROWLANDS, 1995; BATLIWALA, 1997; LEÓN, 2001). Isso implica que deve ser entendido como um fenômeno complexo, não-linear, contextual e heterogêneo para o qual não há uma receita mágica, destacando também a forma distinta com que tal processo se dá em cada mulher (ou grupo de mulheres), segundo suas experiências de vida e contextos cultural e histórico.

Ademais, o empoderamento deve suscitar da própria mulher (ou grupo), não podendo ser “dado” por outro agente. Assim, uma política pública pode ser catalisadora do empoderamento, criando um ambiente de apoio e fortalecimento às mulheres, mas não é a origem do poder (SEN, 1998; BERTH, 2019). Vale ressaltar, ainda, que o empoderamento feminino possui importantes aspectos individuais, como o processo de tomada de consciência, autonomia e autoestima, mas é indissociável de um processo coletivo que promova transformações no papel social da mulher (ROWLANDS, 1995; BATLIWALA, 1997; SEN, 1998; LEÓN, 2001; BERTH, 2019).

Por mais que seja um fim em si mesmo e esteja amplamente relacionado à garantia dos direitos humanos, já que se apresenta como um canal para a superação das desigualdades de gênero, o empoderamento também pode ser entendido como um meio para o alcance de outros fins igualmente desejáveis. Por exemplo, evidências sinalizam que a educação e o ganho de poder materno reduzem a mortalidade infantil, pois as mulheres conseguem influenciar mais as decisões de promoção e priorização do bem-estar dos filhos (ALEMAYEHU et al., 2015).

As evidências também apontam uma relação inversa entre o empoderamento, com maior acesso à educação e ao emprego, e a fecundidade. Tal relação tende a ser, inclusive, de longo prazo, pois as filhas mais educadas também teriam menor fecundidade (BLUMBERG, 2005; SEN, 2010). A diminuição do hiato de gênero no mercado de trabalho e/ou na educação também teria o potencial de aumentar o emprego e a receita global oriunda de tributos, promovendo o crescimento econômico (KLASEN; LAMANNA, 2009; PERVAIZ et al., 2011; OIT, 2017).

Por último, deve-se apontar que além da demarcação conceitual, há um movimento do feminismo acadêmico para tornar o empoderamento feminino mais analítico com a definição de categorias (dimensões, domínios ou níveis) pelas quais ele se concretizaria (ROWLANDS, 1995; STROMQUIST, 1997; LEÓN, 2001; MALHOTRA et al., 2002; ALSOP et al., 2007; LISBOA, 2007; MAGESTE et al., 2008). Todas as categorizações abrangem diversos aspectos

da vida da mulher, desde os subjetivos e individuais, como autoestima e reversão da opressão internalizada, até os objetivos e estruturais, como decisões econômicas, domésticas e políticas.

Tais categorizações motivam e fundamentam trabalhos que constroem índices sintéticos de empoderamento feminino para diversas localidades do mundo, com um viés geográfico para o Sul Asiático (ASSAAD et al, 2014). O Quadro 1 expõe uma síntese dos trabalhos encontrados que estudam o empoderamento feminino por meio de índices sintéticos e métodos quantitativos.

Quadro 1 – Índice de empoderamento feminino: síntese da literatura aplicada

Trabalhos	Dimensões	Delimitação Geográfica
Malhotra e Mather (1997)	Econômica, social e organizacional	Sri Lanka
Casique (2001)	Econômica, doméstica, mobilidade e autonomia	México
Jejeebhoy e Sathar (2001)	Econômica, mobilidade e liberdade de ameaças	Paquistão e Índia
Mason e Smith (2003)	Econômica, reprodutiva, mobilidade e violência	Índia, Malásia, Paquistão, Filipinas e Tailândia
Al Riyami et al. (2004)	Econômica, doméstica e mobilidade	Omã
Gupta e Yesudian (2006)	Doméstica, econômica, mobilidade, atitude em relação à igualdade de gêneros e à violência doméstica	Índia
Haque et al. (2011)	Econômica, doméstica e mobilidade	Bangladesh
Khan e Awan (2011)	Doméstica e econômica	Paquistão
Varghese (2011)	Doméstica, social, econômica e legal	Omã
Do e Kurimoto (2012)	Econômica, doméstica, saúde, reprodutiva, sexual e violência	Namíbia, Zâmbia, Gana e Uganda
Assaad et al. (2014)	Econômica, doméstica e mobilidade	Egito
Islam et al. (2014)	Doméstica	Bangladesh
Patrikar et al. (2014)	Econômica, doméstica, mobilidade e autonomia	Índia
Phan (2015)	Trabalho, econômica, doméstica, mobilidade, educação e reprodutiva	Camboja, Indonésia, Filipinas e Timor-Leste
Arestoff e Djemai (2016)	Atitude em relação à violência doméstica	Etiópia, Malawi, Ruanda, Uganda e Zimbábue
Ewerling et al. (2017)	Atitude em relação à violência, independência social, econômica e doméstica	34 países da África

Fontes: Trabalhos citados no quadro. Adaptado de Couto e Saiani (2021).

3. Programa Bolsa Família: características e evidências para a questão de gênero

As políticas de transferência condicional de renda (PTCR) disseminaram-se por diversos países em desenvolvimento a partir da década de 1990, especialmente na América Latina, como um mecanismo para diminuir a pobreza e proporcionar melhores condições de vida às pessoas aptas a receberem os benefícios. Segundo Cavalcante (2011), as PTCR têm três componentes básicos: i) transferência de uma quantia monetária diretamente ao beneficiário; ii) foco em segmentos mais pobres da população; e iii) imposição de condicionalidades para o recebimento.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, é uma das principais PTCR do mundo. Os principais objetivos declarados do PBF são o combate à fome e à pobreza e a emancipação de famílias em situações de pobreza e extrema pobreza. Para isso, transfere recursos a famílias nestas situações que respeitam condicionalidades, em especial quanto à educação e saúde dos filhos. Tais condicionalidades são os instrumentos para interromper o ciclo intergeracional da pobreza. Entende-se que, ao reforçar o exercício de direitos, as crianças e os adolescentes terão melhores condições de desenvolver habilidades e competências para ingressarem no mercado de trabalho e auferirem maiores rendas, o que possibilitará a saída da pobreza (BRASIL, 2004).

Apesar de não serem objetivos diretos declarados do PBF, existe uma vasta e produtiva literatura que avalia efeitos no empoderamento e nas relações de gênero das beneficiárias, em grande parte, motivada por um aspecto relevante do seu desenho institucional: os benefícios

são transferidos preferencialmente às mulheres. O Quadro 2 sintetiza as principais evidências encontradas de impactos do PBF sobre questões relacionadas às mulheres, divididas em cinco temas: i) empoderamento feminino; ii) mercado de trabalho; iii) violência doméstica; iv) mudanças nas relações de gênero, cotidianas e familiares; e v) fecundidade e contracepção.

Uma análise pormenorizada de todos os trabalhos do Quadro 2 foge do escopo do presente estudo, mas alguns apontamentos são importantes. Primeiramente, nota-se que não é possível apontar um consenso quanto aos impactos do PBF no empoderamento feminino. Contudo, um consenso talvez não seja possível. Devido à complexidade e multidimensionalidade do processo (segunda seção), não é contraditório constatar que o Programa não seja capaz de romper efeitos deletérios das relações de gênero – pode até os reforçar. Tal argumentação é aprofundada por Molyneux (2006, 2007) ao problematizar a titularidade feminina em outra importante PTCR: a Progres/Oportunidades do México. Porém, é possível que o PBF altere aspectos associados à cidadania, assim como amplie liberdades relevantes das mulheres (BARTHOLO et al., 2017).

Por exemplo, alguns trabalhos mostram que a prioridade no recebimento é vista como algo positivo pelas beneficiárias (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; ALVES; CAVENAGHI, 2009; AHLERT, 2013; REGO; PINZANI, 2013). Contudo, não é possível deixar de qualificar que a justificativa amplamente utilizada para apoiar a titularidade feminina está no fato de que elas acham que a mulher é “quem sabe fazer”; ou seja, são elas que sabem quais as necessidades domésticas e priorizam o bem-estar de crianças e adolescentes – o que também pode indicar participação insuficiente dos homens nas questões relativas ao lar (MOLYNEUX; 2006, 2007).

Além disso, alguns trabalhos sinalizam que nem sempre o benefício é entendido como “propriedade da mulher” pelas beneficiárias. Ahlert (2013) nota alterações favoráveis na rotina de trabalho e discursos positivos das mulheres em relação à autonomia financeira, mas também que os recursos são primordialmente direcionados aos filhos. Outro trabalho que identifica os filhos como os verdadeiros “donos” dos recursos é Pereira e Ribeiro (2013), que, ao analisar um quilombo urbano em Porto Alegre, sinaliza um “controle coletivo” do destino que a mãe dá ao benefício, afetando, assim, a reputação das mulheres na comunidade. Assim, apesar da titularidade feminina, os destinos dados aos benefícios (e as motivações para eles) nem sempre refletem um maior empoderamento feminino, embora possam elevar o bem-estar da família.

Morton (2013) vai além ao perceber relações distintas com o benefício entre os domicílios “mais pobres” e “mais prósperos” – os últimos com renda *per capita* superior aos primeiros, mas ainda muito aquém da renda média nacional. Nos “mais prósperos”, as mulheres tendem a associar o benefício do PBF à autonomia pessoal; já nos domicílios “mais pobres”, o benefício é visto como um “dinheiro da família”, sendo alocado em gastos essenciais à sobrevivência.

A cidadania das beneficiárias é abordada com maior ênfase em Suárez e Libardoni (2007) e Rego e Pinzani (2013). O primeiro trabalho destaca a necessidade de emissão de documentos de identificação pessoal. Em um contexto em que muitas mulheres não têm documentação, tal obrigação facilitaria a percepção de que elas se inserem em um todo maior que a comunidade. Apesar de intangível, tal percepção seria relevante por gerar “uma reviravolta na subjetividade” das mulheres (p. 147). Porém, para as autoras, as beneficiárias ainda têm pouco conhecimento e consciência da ideia de cidadania que sedimenta o recebimento dos benefícios. Rego e Pinzani (2013) discutem o papel das condicionalidades no fortalecimento da condição de cidadã. Estas representariam um vínculo das mulheres com o Estado sem intermediação masculina. Um dos símbolos do vínculo é o cartão do benefício no nome das mulheres, o que é valorizado por elas.

Os dois trabalhos também notam que os benefícios fizeram com que as mulheres fossem percebidas pelos comerciantes locais como “clientes confiáveis”, o que tem grande importância na vida comunitária. Ademais, muitas vezes, os recursos do PBF são a primeira ou a única renda regular a qual grande parcela das mulheres tem acesso, o que possibilita o desenvolvimento da habilidade de lidar com o “dinheiro” e, assim, maior a capacidade de planejamento do consumo.

Quadro 2 – Revisão da literatura aplicada: evidências de impactos do Programa Bolsa Família (PBF) em questões relacionadas à mulher

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Principais Resultados – Efeitos do Programa Bolsa Família
<i>Empoderamento Feminino</i>			
Suárez e Libardoni (2007)	10 municípios brasileiros, 2006	Método Qualitativo	- melhora nas condições de vida, afirmação da autoridade no espaço doméstico e fortalecimento da cidadania das beneficiárias.
Costa (2008)	Brasil, 2007	Método Qualitativo	- aumento da autonomia financeira; mas - possível reforço dos papéis tradicionais de gênero.
Alves e Cavenaghi (2009)	Município de Recife (PE), 2007	Método Quantitativo	- preferência das mulheres pela titularidade feminina do benefício; mas - não é possível afirmar que é suficiente para aumentar o empoderamento feminino.
Leroy et al. (2011)	11 municípios de Minas Gerais	Método Qualitativo	- aumento da possibilidade de ascensão social (correlação entre empoderamento feminino e mobilidade social).
Moreira et al. (2011)	9 municípios de Minas Gerais	Método Qualitativo	- promoção e fortalecimento de aspectos importantes do empoderamento feminino; mas - empoderamento econômico é alcançado apenas parcialmente.
Carloto e Mariano (2012)	Municípios de Londrina (PR) e Uberlândia (MG), 2010	Método Qualitativo	- aumento das responsabilidades das mulheres; e - elevação do poder decisório feminino, mas apenas em questões domésticas.
Lavinas et al. (2012)	Município de Recife (PE), 2007	Método Quantitativo	- melhora na qualidade de vida das beneficiárias e nas relações intrafamiliares; mas - não é possível atribuir efeito direto sobre o empoderamento feminino.
Moreira et al. (2012)	10 municípios de Minas Gerais	Método Qualitativo	- melhora das condições de vida, autonomia e conscientização das mulheres, refletindo em maior empoderamento feminino.
Rego e Pinzani (2013)	Diversos municípios brasileiros, 2006 a 2011	Método Etnográfico	- aumento da cidadania, da autonomia no espaço doméstico e da autoestima das beneficiárias.
De Brauw et al. (2014)	Brasil, 2005 e 2009	Método Quantitativo	- aumento do poder decisório das beneficiárias, mas apenas em domicílios urbanos; e - elevação do uso de métodos contraceptivos.
Williams (2014)	Município de Pedro Leopoldo (MG), 2014	Método Qualitativo	- melhora das condições de vida para as beneficiárias e de estudo para seus filhos; mas - não é possível afirmar que causou empoderamento.
Barros e Melo (2016)	Município de Alto Rio Doce (MG)	Método Qualitativo	- aumento da autonomia financeira e do consumo da beneficiária e de sua família; mas - não houve empoderamento amplo para as beneficiárias.
Passos e Waltenberg (2016)	Brasil, 2006	Método Quantitativo	- não contribui para o processo de “individualização” e empoderamento das beneficiárias; e - há reforço dos papéis tradicionais de gênero.
<i>Mercado de Trabalho</i>			
Tavares (2010)	Brasil, 2004	Método Quantitativo	- considerando os efeito-renda e efeito-substituição, o efeito líquido é positivo; ou seja, aumento da oferta de trabalho das mães beneficiárias.
<i>Violência Doméstica</i>			
Moreira et al. (2016)	Brasil, 2009	Método Quantitativo	- a incidência de violência física contra a mulher foi superior nas famílias que recebiam o benefício do PBF.

(continua)

Quadro 2 – Revisão da literatura aplicada: evidências de impactos do Programa Bolsa Família (PBF) em questões relacionadas à mulher

(continuação)

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Principais Resultados – Efeitos do Programa Bolsa Família
<i>Relações de Gênero, Cotidianas e Familiares</i>			
Peixoto (2010)	Comunidade de Fortaleza (CE), 2009	Método Qualitativo	- melhores condições de vida e ganhos de autonomia das beneficiárias; mas, - reforço das relações tradicionais de gênero.
Leitão e Inácio (2011)	Comunidades de Pernambuco, 2011	Método Qualitativo	- melhores condições de alimentação para as pescadoras artesanais; e - mulheres veem com positividade o fato de o benefício ser pago diretamente a elas.
Pires (2012)	Município de Campinas (SP), 2008 e 2009	Método Etnográfico	- ganhos de autonomia financeira das beneficiárias; mas, - reforço das relações tradicionais de gênero.
Ahlert (2013)	Município de Codó (MA), 2011	Método Etnográfico	- flexibilização da rotina de trabalho das mulheres, passando a ter folga semanal; e - discursos positivos no que diz respeito a autonomia financeira.
Moreira et al. (2013)	11 municípios de Minas Gerais	Método Qualitativo	- permanência de visões estereotipadas e distorções sobre o significado de desigualdade de gênero.
Morton (2013)	Assentamentos da Bahia, 2011 e 2012	Método Etnográfico	- aumento da autonomia pessoal em domicílios mais “prósperos”; e - nos domicílios mais pobres, o dinheiro recebido é “da família”.
Pereira e Ribeiro (2013)	Quilombo urbano de Porto Alegre (RS), 2009 e 2010	Método Etnográfico	- melhora na qualidade de vida da família beneficiária; - o dinheiro recebido é entendido, em sua maioria, como “das crianças”; e - existência de um “controle coletivo” sobre o destino que a mãe dá ao benefício, afetando, assim, a sua reputação.
Rodrigues (2016)	Município de Redenção (CE), 2014	Método Qualitativo	- melhora na qualidade de vida das beneficiárias e sua família; e - recebimento em espécie promove maior autonomia pessoal.
<i>Fecundidade e Contracepção</i>			
Berbel (2011)	Brasil, 1995, 1997, 1999 e 2001 a 2007	Método Quantitativo	- incentivo do PBF à fecundidade de mulheres com idade entre 16 e 19 anos.
Signorini e Queiroz (2011)	Brasil, 2004 e 2006	Método Quantitativo	- ausência de impacto significativo sobre a fecundidade.
Simões e Soares (2012)	Brasil, 2006	Método Quantitativo	- redução da fecundidade (mulheres elegíveis beneficiárias com taxa de fecundidade menor que a das mulheres elegíveis não-beneficiárias).
Cechin (2015)	Brasil, 2010	Método Quantitativo	- pequeno incentivo à geração do segundo filho, maior nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.
Rocha (2017)	Brasil, 1995 a 2007 (exceto 2000)	Método Quantitativo	- ausência de impacto significativo sobre a fecundidade.
Couto et al. (2020)	Brasil, 2006	Método Quantitativo	- ausência de impacto significativo na decisão pela gravidez, no uso de contraceptivos e no padrão de uso de contracepção de acordo com a efetividade, mas; - reduz a chance de as beneficiárias não terem suas necessidades de contracepção atendidas.

Fontes: trabalhos citados no próprio quadro. Elaboração própria.

Outro destaque é a ausência de consenso quanto ao PBF viabilizar a afirmação da mulher no ambiente doméstico ou reforçar papéis tradicionais. Em alguns trabalhos, o último efeito é defendido devido às mulheres serem responsabilizadas prioritariamente pelo acompanhamento das condicionalidades (PEIXOTO, 2010; PASSOS; WALTENBERG, 2016; CARLOTO; MARIANO, 2012; PIRES, 2012). Outros trabalhos advogam que o programa ajuda a melhorar a situação na hierarquia familiar (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; REGO; PINZANI, 2013; DE BRAUW et al., 2014). Isto porque, com o benefício, as mulheres são capazes de contribuir nos gastos do domicílio e, assim, ganham mais poder para negociar as decisões familiares e mudar o comportamento e a visão de mundo do cônjuge – ainda que estas transformações não se concretizem necessariamente de modo fácil ou pacífico (SEN, 1998; MOLYNEUX, 2006).

Morton (2013) ilustra tal discussão apontando que uma mulher, ao usar parte do benefício na compra de algum móvel ou eletrodoméstico, de certa forma, consegue dar “corpo” à sua autonomia por meio do objeto de valor fixo no ambiente doméstico e à vista de seus moradores. Assim, o cônjuge passa a entender a independência da mulher por meio deste objeto concreto.

A relação entre o PBF e a participação no mercado de trabalho é investigada por Tavares (2010). Esta encontra efeito positivo do PBF na oferta de mão de obra de mães beneficiárias. Vale apontar que a literatura, no geral, considera “ter um trabalho” um importante determinante do empoderamento feminino (LAVINAS et al., 2012). Já Moreira et al. (2016) avaliam o PBF e a incidência de violência doméstica, observando um efeito não intencional decorrente de “viés de seleção conjugal”: em um relacionamento, a mulher teria menos oportunidades de ascender em seus níveis de educação e ocupação, o que proporciona vantagens econômicas aos homens e, assim, maior poder no domicílio. Assim, embora a titularidade seja feminina, a tendência no tempo seria o homem se apropriar do benefício, mantendo o seu poder econômico na relação.

Enfim, a saúde sexual e reprodutiva pode não estar sobre o controle da mulher devido a práticas de violência ou se ela achar que não são seus direitos (CRISSMAN et al., 2012). Assim, efeitos do PBF na fecundidade e contracepção podem sinalizar questões de empoderamento e não apenas a decisão custo-benefício de gerar mais filhos motivada pelo benefício variável do número de crianças na família, que é o embasamento mais usual dos trabalhos. As evidências destes não são consensuais, pois são sinalizados efeitos positivos na fecundidade (BERBEL, 2011; CECHIN, 2015), negativos (SIMÕES; SOARES, 2012) ou inexistentes (SIGNORINI; QUEIROZ, 2011; ROCHA, 2017). Já Couto et al. (2020), ao partirem do arcabouço teórico de agência e empoderamento feminino, sinalizam que o programa contribuiu para a capacidade das mulheres que não desejam engravidar de tomarem decisões que atendam esta preferência.

4. Procedimentos empíricos

4.1 Índices sintéticos de empoderamento feminino no Brasil e amostra

Para cumprir o objetivo proposto, este estudo adota a categorização de Couto e Saiani (2021) e, fundamentada por esta, os índices sintéticos de empoderamento feminino do mesmo trabalho². Baseando-se na literatura (segunda seção), a categorização é composta por quatro dimensões de empoderamento: psicológica, doméstica, econômica e político-legal. A primeira abrange aspectos relacionados à autoestima da mulher, em especial sua percepção como agente

² Único trabalho encontrado que calcula índices sintéticos para o Brasil coerentes aos de outros países (Quadro 1); ou seja, medidas diretas de empoderamento (sinalizam diretamente o nível de controle, escolha, autonomia ou consciência das mulheres). O trabalho usa os índices em análises descritivas de determinantes do empoderamento. Aqui, eles fundamentam as variáveis dependentes em estimações para investigar efeitos do PBF. Há trabalhos com medidas indiretas, como o nível de educação e o *status* de emprego. Para diferenças entre medidas diretas e indiretas de empoderamento feminino, ver: Malhotra et al. (2002); Mason e Smith (2003); Assaad et al. (2014).

capaz de tomar decisões autônomas, além de avanços positivos acerca do processo de “opressão internalizada”. A doméstica apreende a dinâmica no meio familiar, tido como um dos pilares da manutenção do patriarcado (LIRA; BARROS, 2015). A econômica capta aspectos relativos a decisões de gastos financeiros, acesso a crédito e renda e participação no mercado de trabalho. Já a político-legal reflete os aspectos da mulher como agente político, desde o conhecimento de direitos e deveres até a capacidade de se mobilizar em coletivos e atuar nas decisões políticas.

Considerando tal embasamento, os dois índices de empoderamento feminino para o Brasil são: índice econômico e doméstico (ED) e índice de percepção do consenso em uma relação sexual (PCRS). Os dados são oriundos da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006, única fonte de dados que permite a mensuração para uma amostra representativa do país e a consideração de vários possíveis determinantes do empoderamento³. A amostra é composta por dados (não balanceados) de 15.575 mulheres com idade de 15 a 49 anos, entrevistadas entre meados de 2006 e 2007. Estes dados foram coletados por questionários aplicados por equipes de campo: um respondido pelo responsável do domicílio, contendo, entre outros aspectos, variáveis socioeconômicas do domicílio e dos moradores; o outro respondido somente por mulheres, com variáveis relativas a elas e aos filhos menores de até cinco anos.

Pela categorização adotada, o índice ED alinha-se às dimensões econômica e doméstica – as mais abordadas na literatura empírica (Quadro 1) –, sendo construído a partir de perguntas (Quadro 3) que captam a dinâmica familiar e a capacidade de influenciar decisões financeiras e pessoais. Ressalta-se que, embora as mulheres costumem ser as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos, o comando de decisões neste espaço ainda é majoritariamente de homens (JESUS, 2018; IBGE, 2019). Assim, além da divisão equânime das tarefas, é importante que as mulheres também participem das decisões domésticas, justamente o aspecto captado no índice.

O índice PCRS associa-se à dimensão psicológica. A premissa básica é a de que a mulher, consciente da sua capacidade de tomar decisões autônomas que envolvam seus desejos e seu corpo, exprime tal consciência nas respostas aos itens da pergunta da PNDS (Quadro 3). Assim, o empoderamento reflete-se na rejeição às normas sociais que dão aos homens um suposto “direito” de manter relações sexuais com a mulher quando desejar, mesmo ela não estando disposta (GUPTA; YESUDIAN, 2006). Assume-se, então, que o grau de percepção que uma mulher tem sobre o seu poder em relações íntimas é um indicativo do seu nível de autoestima – ou, no mínimo, expressa que houve algum avanço na desconstrução da opressão internalizada.

O Quadro 3 mostra as perguntas e os pesos dados às respostas na construção dos índices. Para o índice ED, não há consenso na literatura sobre os pesos mais adequados. Há trabalhos que consideram apenas se a mulher decidiu sozinha, descartando a tomada de decisão conjunta (AL RIYAMI et al., 2004; HAQUE et al., 2011; DE BRAW et al., 2014); outros aceitam todas as respostas em que a mulher contribuiu na decisão, sendo que alguns não diferenciam a decisão sozinha da conjunta (GUPTA; YESUDIAN, 2006; DO; KURIMOTO, 2012; ISLAM et al., 2014) e vários o fazem com pesos, atribuindo valor máximo se a mulher decidiu sozinha, um valor menor se decidiu em conjunto e zero se não se envolveu (CASIQUE, 2001; JEJEEBHOY; SATHAR, 2001; ASSAAD et al., 2014; PATRIKAR et al., 2014; EWERLING et al., 2017). A última é a opção para o índice ED. Este oscila entre os valores mínimo zero e máximo doze.

No índice PCRS, não são consideradas mais de duas possibilidades de pesos por pergunta. É atribuído peso um para as respostas positivas às mulheres e nulo para as respostas negativas, bem como para aquelas que não sabiam responder. Considerando as perguntas selecionadas e respostas e pesos correspondentes, o valor mínimo do índice PCRS é zero e o máximo é cinco.

Os índices são ajustados de 0 a 1 pela equação (1), seguindo prática da literatura (HAQUE et al., 2011; VARGHESE, 2011; ISLAM et al., 2014). A consistência interna deles na amostra

³ Apesar de ser um pouco defasada, a base do PNDS de 2006 não compromete as análises do presente estudo por não serem avaliados efeitos do PBF no tempo. Além disso, nos elementos fundamentais para o estudo, o PBF não sofreu alterações significativas desde 2006. Ver as evoluções do PBF traçadas por Silva (2018) e Couto (2020).

é avaliada pela estatística alfa de Cronbach, que quanto mais próxima de 1, maior a consistência, sendo que valores acima de 0,6 considerados aceitáveis (CRONBACH, 1951). O alfa do índice ED é 0,7627 e o do PCRS é 0,7068. Portanto, são adequados para a investigação aqui proposta.

$$\text{Empoderamento}_{di} = \frac{\text{Pontuação}_{di} - \text{Pontuação Máxima}_d}{\text{Pontuação Máxima}_d - \text{Pontuação Mínima}_d} \quad (1)$$

sendo: $\text{Empoderamento}_{di}$ o índice de empoderamento na dimensão d (ED ou PCRS) da mulher i ; Pontuação_{di} a pontuação na dimensão d da mulher i ; $\text{Pontuação Máxima}_d$ a pontuação máxima na dimensão d ; e $\text{Pontuação Mínima}_d$ a pontuação mínima em d .

Quadro 3 – Índices ED e PCRS: perguntas e pesos

Perguntas		Respostas	Pesos
<i>Índice Econômico e Doméstico (ED)</i>			
Quem decide/decidia o que fazer com o dinheiro que você ganha/ganhava?		entrevistada; cônjuge; cônjuge e entrevistada; outro parente; outro parente e entrevistada	<i>peso 2:</i> sozinha; <i>peso 1:</i> entrevistada e outras pessoas; <i>peso 0:</i> outras pessoas
Palavra final em:	compra de grande valor para a casa? cuidado com sua própria saúde? compra para as necessidades diárias? visita para a família ou parentes? comida preparada diariamente?	entrevistada; cônjuge; cônjuge e entrevistada; outro parente; outro parente e entrevistada; outras pessoas	
<i>Índice de Percepção do Consenso em uma Relação Sexual (PCRS)</i>			
Acha que a mulher pode se recusar a fazer sexo com o marido/companheiro quando:	sabe que ele tem uma DST? sabe que ele faz sexo com outras mulheres? ela teve filho recentemente? ela está cansada? ela não quer?	sim; não; não sabe	<i>peso 1:</i> sim; <i>peso 0:</i> não ou não sabe

Fontes: Ministério da Saúde e Couto e Saiani (2021). Elaboração própria.

4.2 Métodos e modelos

Um entrave para a análise de efeitos de políticas sociais (tratamentos) que atendem apenas parte da população (tratados) e cuja definição dos grupos de tratamento e controle não ocorre aleatoriamente é a existência de um viés de (auto) seleção ao tratamento, que faz com que o seu resultado não seja independente do seu *status* (participação ou não). Ou seja, os tratados podem ter resultado distinto dos não tratados mesmo se não forem beneficiados pela política. Assim, o resultado médio dos não tratados não é um *contrafactual* adequado para o resultado médio dos tratados, e a diferença entre tais médias não é o efeito médio do tratamento nos tratados, o ATT⁴.

O PBF é um exemplo de política com alocação não aleatória dos benefícios. Em 2006, ano analisado neste estudo, a participação dependia: i) da inscrição da família no CadÚnico; e, depois, ii) da análise da renda e composição familiar para verificar o cumprimento dos critérios de elegibilidade⁵. A literatura defende a existência de atributos que induzem algumas famílias elegíveis a se inscreverem e outras não, mesmo sendo elegíveis. Tais atributos também podem influenciar os resultados do PBF, existindo, então, o viés de auto seleção (TAVARES, 2010).

Assim, em investigações de efeitos do PBF, é necessário adotar uma estratégia empírica capaz de lidar com o problema. Com dados em *cross-section*, como neste estudo, uma opção é a utilização de métodos de *Propensity Score Matching* (PSM), que lidam com a auto seleção

⁴ Sigla para o termo em inglês (*average treatment effect on the treated*). Argumentos baseados nas discussões de resultados potenciais e de vantagens e limites da aleatorização (ROY, 1951; RUBIN, 1974; DUFLO et al., 2006).

⁵ Couto (2020) discute os critérios de elegibilidade do PBF e as poucas diferenças entre 2006 e período posterior.

por atributos observados. Conforme é demonstrado na revisão de Couto (2020), estratégias baseadas em PSM são tradicionalmente empregadas em avaliações de possíveis efeitos do PBF.

A hipótese básica é a de ignorabilidade do tratamento, ou seja, condicionais a atributos observados que influenciam a seleção, o resultado independe do *status* do tratamento e o viés “desaparece”. Para isso, os grupos de tratamento e controle devem ser semelhantes em atributos observados, o que é garantido por uma estratégia de *matching* (pareamento). Contudo, quanto mais atributos, maior é a dificuldade para fazer o pareamento (CALIENDO; KOPEINIG, 2005).

É devido a tal dificuldade que o PSM se torna uma opção relevante. O pareamento é feito pela probabilidade predita (*propensity score*) da mulher i ser beneficiária do PBF condicional a atributos observados X_i . Segundo Rosenbaum e Rubin (1983), se condicional a X_i , o resultado independe do *status* do tratamento, a independência também se dá no resultado condicional às probabilidades preditas $P(X_i)$. Segundo Caliendo e Kopeinig (2005), estas devem ser estimadas por *Logit* ou *Probit*, serem positivas e os atributos X_i não precisam determinar perfeitamente o *status* do tratamento – $0 < P(X_i) < 1$, com $P(X_i)$ não assumindo os valores extremos (0 e 1).

Simplificadamente, o PSM é uma estratégia de ponderação para balancear as distribuições dos atributos observados entre tratados e não tratados. Os pesos dependem do método para o pareamento, sendo que a literatura aponta variados métodos de PSM. Estes diferenciam-se quanto às definições dos pesos e, assim, dos grupos de controle. Assintoticamente, os resultados tendem a ser próximos e não é possível apontar um método como sempre superior. Por isso, para avaliar a robustez dos resultados, a literatura sugere a utilização de mais de um método de PSM (HECKMAN et al., 1997; DEHEJIA; WAHBA, 2002; CALIENDO, KOPEINIG, 2005).

Neste estudo, opta-se por dois métodos: a) o *nearest neighbour matching* – “vizinho mais próximo” (VMP); e b) o Kernel *matching* (KM). No VMP, cada tratado é pareado ao não tratado mais próximo em *propensity scores*, podendo ser sem (VMP-SR) e com reposição (VMP-CR) – um não tratado usado mais de uma vez como par de um tratado. É atribuído peso zero aos não tratados não pareados. No VMP-CR, não tratados pareados a mais de um tratado recebem pesos maiores que um, proporcional ao número de utilizações (CALIENDO; KOPEINIG, 2005).

No KM, o *contrafactual* é construído pela média ponderada de todos os não tratados. Os pesos são inversamente proporcionais à diferença entre os *scores* de cada não tratado e tratado ao qual é pareado. Todos os não tratados são considerados; ou seja, não é atribuído peso zero a nenhum, nem mesmo àqueles bem diferentes dos tratados nos atributos X_i . Assim, para garantir maior comparabilidade entre os grupos de tratamento e controle, pode-se impor uma distância (*bandwidth*) entre os *scores* dos tratados e não tratados. Seguindo prática comum na literatura (HECKMAN et al., 1997), são aqui adotadas distâncias de 0,06 (KM-0,06) e 0,01 (KM-0,01).

Para avaliar a qualidade dos pareamentos, são feitos testes t de diferenças de médias das variáveis explicativas entre os grupos de tratamento e controle após o pareamento. A hipótese nula é que não existe diferenças nas médias. Se as estatísticas t forem significativas, as médias são diferentes. Após o *matching*, as diferenças devem sumir (ROSENBAUM; RUBIN, 1985).

Ademais, para garantir maior precisão com a combinação de métodos, as estimações dos efeitos são realizadas em “dois estágios” – estimador do tipo duplo robusto (BANG; ROBINS, 2005). No “1º estágio”, é estimado um modelo baseado na equação (2) por *Probit*, a partir do qual são mensurados os *propensity scores* $P(X_i)$ usados em cada método de PSM para definir os pesos e, assim, fazer os pareamentos. Ressalta-se que são respeitadas alguns apontamentos da literatura: a) a inclusão de variáveis não significativas não resulta em viés; e b) uma variável só deve ser excluída com consenso de não afetar o resultado (CALIENDO; KOPEONIG, 2005).

$$Prob(PBF_i = 1|X_i) = P(X_i) = \alpha_0 + \alpha_1 X_i + e_i \quad (2)$$

sendo: PBF_i a *dummy* mulher i beneficiária (um) ou não (zero); $Prob(PBF_i = 1|X_i) = P(X_i)$ a probabilidade predita, condicional a X_i , da mulher i ser beneficiária do PBF; α_0 a constante; X_i o vetor de variáveis explicativas; α_1 o vetor de coeficientes associados a estas; e e_i o erro.

No “2º estágio”, são estimados por *Probit* modelos baseados na equação (3). A opção por este método deve-se ao fato de as variáveis dependentes serem binárias. As estimações por *Probit* são por máxima verossimilhança e, ao contrário de regressões de probabilidades lineares, ajusta as probabilidades previstas entre 0 e 1. Os sinais e significâncias dos coeficientes podem ser interpretados, mas, devido a especificidades do método, suas magnitudes não. Para mensurar efeitos marginais (ou derivadas), são necessários procedimentos adicionais (GREENE, 1997), que são aqui adotados para sugerir as magnitudes dos possíveis efeitos estimados do PBF.

$$Prob(EF_i = 1|PBF_i, X_i) = \beta_0 + \beta_1 PBF_i + \beta_2 X_i + \varepsilon_i \quad (3)$$

sendo: EF_i as variáveis dependentes da mulher i ; $Prob(EF_i = 1|PBF_i, X_i)$ a probabilidade prevista, condicional a PBF_i e a X_i , da variável dependente assumir o valor 1 na mulher i ; β_0 a constante; PBF_i a *dummy* PBF; β_1 o coeficiente associado a tal *dummy*; X_i o vetor de variáveis explicativas; β_2 o vetor de coeficientes associados a estas variáveis; e ε_i o erro.

Considerando os índices sintéticos de empoderamento feminino apontados na subseção anterior e, à semelhança de Varghese (2011) e Islam et al. (2014), os parâmetros da ONU (2019) para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são definidos graus de empoderamento: a) *baixo* – valores inferiores a 0,550; b) *médio* – valores entre 0,550 e 0,699; c) *alto* – valores entre 0,7 e 0,799; e d) *muito alto* – valores acima de 0,8. Tomando esses graus, são criadas as quatro *dummies* descritas abaixo, por meio das quais a amostra sofre algumas segmentações e, assim, é possível investigar se o PBF contribui para mudanças do empoderamento das beneficiárias e, se sim, se os efeitos são específicos entre alguns níveis de empoderamento ou generalizados.

- *MuitoAlto_Outros*: *dummy* igual a 1 se a mulher tem grau muito alto de empoderamento feminino e 0 se tem qualquer outro grau de empoderamento;
- *MuitoAlto_Alto*: *dummy* igual a 1 se a mulher tem grau muito alto de empoderamento feminino e 0 se tem grau alto de empoderamento.
- *Alto_Médio*: *dummy* igual a 1 se a mulher tem grau alto de empoderamento feminino e 0 se tem grau médio de empoderamento; e
- *Médio_Baixo*: *dummy* igual a 1 se a mulher tem grau médio de empoderamento feminino e 0 se tem grau baixo de empoderamento;

Tais *dummies* determinam as subamostras para cada índice e, ao mesmo tempo, são as variáveis dependentes (EF_i) dos modelos baseados na equação (3). Os métodos de PSM são implementados subamostra a subamostra, de modo que é assumido que o pareamento faz com que a diferença observada entre as tratadas e não tratadas seja o recebimento de benefícios do PBF. A Tabela 1 apresenta a distribuição das mulheres da amostra total segundo os índices, os graus de empoderamento e a participação no PBF. Há uma distribuição mais proporcional entre os graus pelo índice ED; já no PCRS, há concentração no grau muito alto. As beneficiárias do PBF superam as não-beneficiárias no grau mais elevado do índice ED; enquanto no PCRS, a relação inverte por uma pequena diferença. Ademais, não há mulheres com grau alto no PCRS. Por isso, para esse índice, a análise é entre graus médio e muito alto, conforme a *dummy* abaixo.

- *MuitoAlto_Médio*: *dummy* igual a 1 se a mulher tem grau muito alto de empoderamento feminino pelo índice PCRS e 0 se tem grau médio de empoderamento.

A variável explicativa de interesse é a *dummy* PBF (PBF_i). Na PNDS de 2006, quase 24% das mulheres da amostra eram beneficiárias do PBF. Algumas se declararam como beneficiárias de programas que já estavam extintos para compor o PBF (Auxílio Gás e Cartão Alimentação). Assim como em Couto et al. (2020), tais mulheres são aqui consideradas como beneficiárias do PBF, assumindo que, em 2006, elas podiam não ter assimilado a consolidação das políticas.

Por último, é importante apontar que as variáveis de controle (X_i), apresentadas na Tabela 2, foram escolhidas por refletirem possíveis determinantes da participação no PBF e do empoderamento feminino. A inserção de variáveis que podem determinar tanto o *status* do

tratamento como os resultados é uma condição do PSM (CALIENDO; KOPEINIG, 2005). Na literatura da segunda seção, atributos pessoais, comportamentais, geográficos e domiciliares são discutidos como possíveis condicionantes do empoderamento. Por outro lado, alguns desses atributos costumam ser empregados para lidar com o viés de seleção em análises de efeitos do PBF (TAVARES, 2010; SIGNORINI; QUEIROZ, 2011; PASSOS; WALTENBERG, 2016).

Tabela 1 - Distribuição das mulheres (%), segundo os graus de empoderamento e a participação no PBF

Graus	Valores	Índice ED (%)		Índice PCRS (%)	
		Beneficiárias	Não Beneficiárias	Beneficiárias	Não Beneficiárias
Baixo	Abaixo de 0,550	25,50	26,87	4,17	3,40
Médio	0,550-0,699	23,68	25,98	5,75	5,04
Alto	0,700-0,799	14,75	14,50	---	---
Muito alto	0,800-1,000	36,07	32,65	90,08	91,56
Amostras (Quantidades de Mulheres)		7818		11994	

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Tabela 2 - Variáveis independentes de controle utilizadas nas estimações

Variáveis	Descrições	Médias
<i>Atributos Pessoais</i>		
Idade	Idade da mulher.	31,252
Escolaridade	Número de anos de estudo da mulher.	7,776
Trabalho	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher tem alguma ocupação pela qual recebe pagamento.	0,569
Cônjuge	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher tem um cônjuge.	0,680
Branca*	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher se autodeclara branca.	0,384
Preta	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher se autodeclara preta.	0,098
Parda	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher se autodeclara parda.	0,467
Amar_Indig	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher se autodeclara amarela ou indígena.	0,050
Rendimento	Rendimento domiciliar do trabalho (exceto empregados e pensionistas).	1.245,3
Responsável	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher é a responsável do domicílio.	0,107
Cônjuge*	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher é cônjuge do responsável do domicílio.	0,615
Filha_Resp	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher é filha do responsável do domicílio.	0,205
Outra_Resp	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher tem outra ¹ relação com o responsável do domicílio.	0,073
Filho	Número de filhos de 0 a 15 anos de idade.	1,135
<i>Atributos Comportamentais</i>		
Informação	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher tem contato com jornal, revista, rádio ou televisão.	0,892
Católica	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher pertence à religião católica.	0,655
Evangélica*	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher pertence à religião evangélica.	0,226
Outra_Relig	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher pertence à religião espírita, afro-brasileira ou outra.	0,048
Sem_Relig	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher não pertence a qualquer religião.	0,071
<i>Atributos Geográficos</i>		
Norte	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher mora no Norte.	0,184
Nordeste*	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher mora no Nordeste.	0,196
Sul	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher mora no Sul.	0,206
Sudeste	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher mora no Sudeste.	0,209
Centro-Oeste	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher mora no Centro-Oeste.	0,205
Urbano	<i>Dummy</i> igual a 1 se a mulher mora em área urbana.	0,722
<i>Atributos Domiciliares</i>		
Densidade	Razão entre o total de residentes do domicílio e o número de cômodos.	0,854
Rede água	<i>Dummy</i> igual a 1 se o domicílio tem acesso à rede de abastecimento de água.	0,714
Esgoto	<i>Dummy</i> igual a 1 se o domicílio tem coleta de esgoto por rede.	0,378
Eletricidade	<i>Dummy</i> igual a 1 se o domicílio tem acesso a eletricidade.	0,983

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Notas: * *dummy* de referência. ¹ Caracteriza-se outro tipo de relação com o responsável: enteada, neta, mãe, sogra, irmã, nora, outro parente, adotada ou outros sem parentesco.

5. Análise dos resultados

Devido ao limite de tamanho (e não fugindo do escopo do estudo), a seguir, são reportados somente os resultados referentes a possíveis efeitos da participação do PBF no empoderamento feminino⁶. A Tabela 3 mostra os resultados do índice ED. O PBF não é associado a coeficientes significativos no caso do nível muito alto de empoderamento, tanto no sentido das mulheres de todos os outros níveis o atingir (*MuitoAlto_Outros*) como, especificamente, das mulheres do nível alto passarem ao muito alto (*MuitoAlto_Alto*) devido ao programa. O mesmo pode ser defendido quanto à mudança do nível baixo ao médio (*Médio_Baixo*), pois não há robustez à atribuição de efeito ao PBF, dado que é constatada significância apenas pelo método VMP-CR.

Tabela 3 – Índice ED: efeitos do PBF sobre mudanças de graus de empoderamento feminino

Graus	Variáveis / Métodos	VMP-SR	VMP-CR	KM-0,06	KM-0,01	
<i>MuitoAlto_Outros</i>	PBF (Tratamento)	0,0238 (0,0878) [0,0547]	0,0081 (0,0295) [0,0679]	0,0144 (0,0520) [0,0516]	0,0137 (0,0496) [0,0533]	
	Observações	Tratadas	1.434	1.434	1.434	1.433
		Não Tratadas	1.434	958	5.986	5.985
<i>MuitoAlto_Alto</i>	PBF (Tratamento)	-0,0116 (-0,0418) [0,0769]	-0,0247 (-0,0918) [0,0967]	-0,0131 (-0,0474) [0,0733]	-0,0076 (-0,0276) [0,0759]	
	Observações	Tratadas	738	738	738	729
		Não Tratadas	738	462	2.814	2.811
<i>Alto_Médio</i>	PBF (Tratamento)	0,0600** (0,1707) [0,0810]	0,0451 (0,1277) [0,1005]	0,0599** (0,1694) [0,0769]	0,0663** (0,1878) [0,0786]	
	Observações	Tratadas	532	532	532	525
		Não Tratadas	532	345	2.440	2.439
<i>Médio_Baixo</i>	PBF (Tratamento)	0,0324 (0,0964) [0,0720]	0,0589** (0,1753) [0,0868]	0,0034 (0,0101) [0,0669]	0,0146 (0,0428) [0,0690]	
	Observações	Tratadas	694	694	694	686
		Não Tratadas	694	492	3.172	3.170

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%. Efeitos marginais em destaque. Coeficientes estimados entre parênteses. Erros-padrão entre colchetes.

Em contrapartida, os resultados são relativamente robustos para mudanças do nível médio para o alto (*Alto_Médio*). Como o coeficiente estimado não é significativo apenas no PSM pelo método do “vizinho mais próximo” com reposição (VMP-CR), mas com consistência de sinal, não é possível refutar um efeito positivo do PBF nessa subamostra. Ou seja, que o PBF resulta em ganho de empoderamento, fazendo mulheres passarem do nível médio ao alto do índice ED. Pelos métodos VMP-SR e KM-0,06, o PBF aumenta em 6 pontos percentuais a probabilidade de uma mulher passar do nível médio ao alto; por KM-0,01, o efeito é de 6,6 pontos percentuais.

A Tabela 4 apresenta os resultados referentes ao índice PCRS. Observa-se que todos os coeficientes estimados associados à *dummy* PBF são estatisticamente não significativos. Assim, ao contrário do constatado em um caso nas dimensões econômica e doméstica (índice ED), não é possível atribuir ganhos de empoderamento na dimensão psicológica à participação no PBF.

O conjunto de resultados obtidos contribuem para o debate sobre a interface de gênero do PBF. Embora este não delimite qualquer objetivo ligado ao empoderamento das beneficiárias e transfira recursos prioritariamente a elas devido à ideia de que as mulheres tendem dar mais ênfase ao bem-estar das crianças e adolescentes, constata-se que pode ser responsável por

⁶ Os resultados para as variáveis de controle e os testes de diferenças de média entre tratadas e não tratadas – que, no geral, apontaram relativa qualidade no pareamento –, além de outros testes, podem ser solicitados aos autores.

ampliar o empoderamento nas dimensões econômica e doméstica. Contudo, tal ampliação não ocorre para todas as beneficiárias do programa, mas sim para o grupo específico de mulheres com atributos observados que já poderiam lhes garantir um nível médio de empoderamento.

Tabela 4 – Índice PCRS: efeitos do PBF sobre mudanças de graus de empoderamento feminino

Graus	Variáveis / Métodos	VMP-SR	VMP-CR	KM-0,06	KM-0,01	
<i>MuitoAlto_Outros</i>	PBF (Tratamento)	-0,0091 (-0,0574) [0,0518]	-0,0028 (-0,0171) [0,0629]	-0,0079 (-0,0490) [0,0497]	-0,0051 (-0,0311) [0,0514]	
	Observações	Tratadas	2.405	2.405	2.405	2.405
		Não Tratadas	2.405	1.549	8.820	8.819
<i>MuitoAlto_Médio</i>	PBF (Tratamento)	-0,0105 (-0,0975) [0,0614]	-0,0128 (-0,1223) [0,0784]	-0,0087 (-0,0801) [0,0581]	-0,0094 (-0,0867) [0,0594]	
	Observações	Tratadas	2.314	2.314	2.314	2.314
		Não Tratadas	2.314	1.494	8.533	8.531
<i>Médio_Baixo</i>	PBF (Tratamento)	0,0189 (0,0521) [0,1239]	-0,0089 (-0,0250) [0,1514]	0,0267 (0,0720) [0,1203]	0,0200 (0,0546) [0,1262]	
	Observações	Tratadas	228	228	228	220
		Não Tratadas	228	140	735	693

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. *** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%. Efeitos marginais em destaque. Coeficientes estimados entre parênteses. Erros-padrão entre colchetes.

Por último, deve-se ressaltar que a revisão da terceira seção mostrou que os resultados de outros trabalhos não estabelecem um consenso quanto aos efeitos do PBF no empoderamento, mas existem evidências favoráveis à possibilidade de aumento da afirmação da autoridade das beneficiárias no espaço doméstico (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; REGO; PINZANI, 2013; DE BRAUW et al., 2014). Assim, o destaque dos resultados deste estudo é o de que isso pode não acontecer de modo indiscriminado entre as beneficiárias, mas sim apenas para aquelas que já possuem certo nível de influência na tomada de decisões no ambiente familiar e passam a ter maior probabilidade de expandir seu grau de empoderamento ao receber os benefícios do PBF.

6. Considerações finais

Fundamentando-se na diretriz institucional do Programa Bolsa Família (PBF) que define transferências prioritárias dos benefícios às mulheres, este estudo teve como principal objetivo investigar se tal importante política de transferência condicional de renda (PTCR), uma das maiores do mundo, pode ser considerada como uma catalisadora (ou facilitadora) do processo de empoderamento feminino, possibilitando que as mulheres alcancem níveis mais elevados de poder. Para isso, foram realizadas estimações com *Propensity Score Matching* para dois índices sintéticos de empoderamento: um que capta as dimensões econômica e doméstica do processo; e o outro a dimensão psicológica, sinalizando o poder da mulher de tomar decisões autônomas quanto a seus desejos e corpos que se refletem na percepção do consenso em relações sexuais.

As evidências apontaram um efeito positivo do PBF no índice econômico e doméstico, sugerindo um aumento em aproximadamente seis pontos percentuais da probabilidade de uma mulher passar do nível médio ao alto de empoderamento nas dimensões a qual o índice se refere. Assim, o programa pode ter sucesso em catalisar (ou facilitar) as condições que estimulem e fortaleçam o grau de empoderamento das beneficiárias. Tal efeito, porém, não é indiscriminado, mas sim específico àquelas mulheres que já possuem relativo empoderamento e consciência em situações relativas ao seu cotidiano econômico e doméstico. Com os benefícios, estas têm mais chances de aprimorar suas vivências e elevar seus graus de empoderamento em tais dimensões.

Para mudanças entre outros níveis de empoderamento do índice econômico e doméstico ou entre quaisquer níveis de empoderamento no índice de percepção do consenso em relações sexuais, o recebimento de benefícios do PBF não é associado a efeitos significativos. Assim, este estudo contribuiu com evidências adicionais à literatura empírica sobre impactos do PBF em questões de gênero, que não estabelece um consenso quanto ao empoderamento feminino. Reforçando, aqui é obtido um efeito positivo do programa nesse aspecto, mas é bem específico.

Considerando que o PBF não apresenta quaisquer artifícios ou medidas voltadas especificamente à realidade das mulheres, o resultado encontrado é positivo ao explicitar um efeito não esperado do programa que causa reverberações positivas na sociedade, em especial, nas relações de gênero. Uma consideração importante à luz de toda a discussão deste estudo é que o PBF aproveita as normas de gênero para obter relativo sucesso em seus objetivos de bem-estar das crianças e adolescentes – motivação para a prioridade às mulheres –, mas não promove ações de mudança definitiva na agência de todas as beneficiárias, de modo que elas consigam criar oportunidades de melhoras na própria vida. Tal apontamento de modo algum desmerece os diversos efeitos favoráveis do PBF desde sua implementação, inclusive para a própria questão de gênero – as principais evidências foram sistematizadas neste estudo –, apenas chama a atenção para a importância da transformação do papel social que grande parte das mulheres brasileiras desempenha e que o PBF somente afeta indireta e parcialmente.

Enfim, um último aspecto que merece destaque é a importância da disponibilidade de dados que captem as experiências das mulheres para análises sobre as questões de gênero e o empoderamento feminino. Isto porque, por mais que a pesquisa utilizada ter sido realizada pela última vez em 2006 não afete o objetivo proposto no estudo, é inegável que a disponibilidade de dados mais recentes proporcionaria evidências mais robustas para discussões sobre um programa que sempre está em pauta no debate político e acadêmico.

Referências bibliográficas

- AHLERT, M. A "Precisão" e o "luxo": usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 69-86, 1 abr. 2013.
- ALEMAYEHU, Y. K.; THEALL, K.; LEMMAS, W.; HAJITO, K. W.; TUSHUNE, K. The role of empowerment in the association between a woman's educational status and infant mortality in Ethiopia: secondary analysis of demographic and health surveys. **Ethiopian Journal Health Science**, v. 25, n. 4, p. 353-362, 2015.
- AL RIYAMI, A.; AFIFI, M.; MABRY, R. M. Women's autonomy, education and employment in Oman and their influence on contraceptive use. **Reproductive Health Matters**, v. 12, n. 23, p. 144-154, 2004.
- ALSOP, R.; DUDWICK, N.; BERTELSEN, M.; JONES, V. **Empowerment in practice: analysis and implementation**. Washington: World Bank, 2007.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Dinâmica demográfica e políticas de transferência de renda: o caso do Programa Bolsa Família no Recife. **Revista Latinoamericana de Población**, n. 4-5, p. 165-188, jan-dez, 2009.
- ARESTOFF, F.; DJEMAI, E. Women's empowerment across the life cycle and generations: evidence from Sub-Saharan Africa. **World Development**, v. 87, p. 70-87, 2016.
- ARRIAGADA, I. **Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género**. CEPAL, Equador, ago. 2004.
- ASSAAD, R.; NAZIER, H.; RAMADAN, R. Individual and households determinants of women empowerment: Application to the case of Egypt. **Economic Research Forum**, Working Paper, n. 867, p. 1-33, Nov., Egipto, 2014.

- BANG, H.; ROBINS, J. M. Doubly robust estimation in missing data and casual inference models. *Biometrics*, v. 61, n. 4, p. 962-73, Dec., 2005.
- BARROS, V. R. F.; MELO, M. C. O. L. Empoderamento ou mudança de situação financeira? Um estudo com beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 21, n. 70, p. 264-281, set-dez, São Paulo, 2016.
- BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Textos para Discussão, n. 2.331, IPEA, Rio de Janeiro, 2017.
- BASTOS, A. B.; COSTA, B. A.; ANDRADE, D. E. C. V.; DAHAS, D. C.; SOUTO, G. M. M. **Insurreição de gênero nos espaços de poder: a representação feminina na política brasileira à luz da reforma eleitoral.** Editora Motres, Belo Horizonte, 2018.
- BATLIWALA, S. El Significado del Empoderamiento de las Mujeres: Nuevos Conceptos Desde la Acción. In: LEÓN, M. **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**, T/M Editores, p. 187-211, Santa Fe de Bogotá, 1997.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo.** Nova Fronteira, Rio de Janeiro, v. 2, 2009.
- BERBEL, C. S. **O uso de transferências condicionais de renda para diminuição da fecundidade.** Tese de Doutorado em Economia, FGV, Rio de Janeiro, 2011.
- BERTH, J. **Empoderamento.** Pólen, São Paulo, 2019.
- BLUMBERG, R. L. **Women's Economic Empowerment as the "Magic Potion" of Development?** 100th Annual Meeting of the American Sociological Association, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Diário Oficial, Brasília, set. 2004.
- CALIENDO, M.; KOPEINIG, S. **Some practical guidance for the implementation of Propensity Score Matching.** DIW Discussion Papers, n. 485, DIW, Berlin, 2005.
- CARLOTO, C.; MARIANO, S. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258-272, ago-dez., 2012.
- CASIQUE, I. **What difference does it make? Women's autonomy and power and use of contraception in Mexico.** XXIV IUSSP General Population Conference, Salvador, ago. 2001.
- CAVALCANTE, P. L. C. Programas de transferência de renda na América Latina: uma abordagem comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia. *Revista do Serviço Público*, v. 62, n. 2, p. 105-118, abr-jun, 2011.
- CECHIN, L. A. W. **O impacto das regras do Programa Bolsa Família sobre a fecundidade das beneficiárias.** Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada, UFPel, 2015.
- COSTA, D. M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: implicações para o empoderamento e autonomia das mulheres.** Poverty Centre, UNDP, 2008.
- COUTO, M. C. A. **Empoderamento feminino e políticas de transferência condicional de renda: uma avaliação do Programa Bolsa Família.** Dissertação de Mestrado, UFU, 2020.
- COUTO, M. C. A.; SAIANI, C. C. S. Dimensões do empoderamento feminino no Brasil: índices e caracterização por atributos locais e individuais e participação no Programa Bolsa Família. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 38, 2021.
- COUTO, M. C.; SAIANI, C. C. S.; KUWAHARA, M. Y. **Contraceção e autonomia das mulheres na decisão pela gravidez: efeitos do Programa Bolsa Família.** Anais do 48º Encontro Nacional de Economia, 2020.
- CRISMAN, H. P.; ADANU, R. M.; HARLOW, S. D. Women's sexual empowerment and contraceptive use in Ghana. *Studies in Family Planning*, v. 43, n. 3, p. 201-212, set., 2012.
- CRONBACH, L. J. Coefficient Alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, v. 16, p. 297-334, 1951.

- DE BRAUW, A.; GILLIGAN, D. O.; HODDINOTT, J.; ROY, S. The impact of Bolsa Família on women's decision-making power. **World Development**, v. 59, p. 487-504, 2014.
- DEHEJIA, R. H.; WAHBA, S. Propensity Score-Matching methods for nonexperimental causal studies. **The Review of Economics and Statistics**, v. 84, n. 1, pp. 151-161, fev., 2002.
- DO, M.; KURIMOTO, N. Women's empowerment and choice of contraceptive methods in selected African Countries. **International Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, v. 38, n. 1, p. 23-33, Mar., 2012.
- DUFLO, E.; GLENNERSTER, R.; KREMER, M. **Using randomization in development economics research: a toolkit**. MIT Department of Economics Working Paper, n.06, 2006.
- EWERLING, F.; LYNCH, J. W.; VICTORA, C. G.; VAN EERDEWIJK, A.; TYSZLER, M.; BARROS, A. J. D. The SWPER Index for Women's Empowerment in Africa: Development and Validation of an Index based on Survey Data. **Lancet Global Health**, v. 5, July, 2017.
- GREENE, W.H. **Econometric analysis**. Prentice Hall, 3 ed., New Jersey, 1997.
- GUPTA, K.; YESUDIAN, P. P. Evidence of women's empowerment in India: a study of socio-spatial disparities. **GeoJournal**, v. 65, p. 365-380, May, 2006.
- HAQUE, M.; ISLAM, T. M.; TAREQUE, I.; MOSTOFA, G. Women empowerment or autonomy: A comparative view in Bangladesh context. **Bangladesh e-Journal of Sociology**, v. 8, n. 2, p. 17-30, Jul. 2011.
- HECKMAN, J.; ICHIMURA, H.; TODD, P. Matching as an econometric evaluation estimator: evidence from evaluating a job training programme. **Economic Studies**, v. 64, n. 4, 1997.
- IBGE. **PNAD Contínua: outras formas de Trabalho 2018**. IBGE, 2019.
- ISLAM, T. M.; TAREQUE, I.; TIEDT, A. D.; HOQUE, N. The intergenerational transmission of intimate partner violence in Bangladesh. **Global Health Action**, v. 7, May, 2014.
- JEJEEBHOY, S.; SATHAR, Z. Women's autonomy in India and Pakistan: The influence of religion and region. **Population and Development Review**, v. 27, n. 4, p. 687-712, dez., 2001.
- JESUS, J. C. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: Uma análise de produção, consumo e transferência**. Tese de Doutorado em Demografia, UFMG, Belo Horizonte, 2018.
- KABEER, N. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. **Development and Change**, v. 30, p. 435-464, Oxford, May, 1999.
- KHAN, S.; AWAN, R. Contextual assessment of women empowerment and its determinants: evidence from Pakistan. **Munich Personal RePEc Archive**, Paper n. 30.820, Australia, 2011.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP, São Paulo, 2009.
- KLASEN, S.; LAMANNA, F. The impact of gender inequality in education and employment on economic growth: new evidence for a panel of countries. **Feminist Economics**, v. 15, n. 3, p. 91-132, 2009.
- LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 6, n. 10, p. 31-56, jan.-jun. 2012.
- LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. **O Programa Bolsa Família na voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco**. MDS, 2011.
- LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventaña**, n. 13, p. 94-106, 2001.
- LEROY, R. S. D.; FERREIRA, M. A. M.; MOREIRA, N. C.; SILVA, E. A. Mobilidade social e empoderamento: a percepção das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 4, p. 449-465, Brasília, out-dez, 2011.

- LIRA, K. F. S.; BARROS, A. M. Violência Contra as Mulheres e o Patriarcado: Um Estudo sobre o Sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, n. 22, p. 275-297, Vitória, 2015.
- LISBOA, T. K. **O Empoderamento como Estratégia de Inclusão das Mulheres nas Políticas Sociais**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, ago. 2008.
- MAGESTE, G.; MELO, M.; CKAGNAZAROFF, I. **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações**. Anais do V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Belo Horizonte, 2008.
- MALHOTRA, A.; MATHER, M. Do schooling and work empower women in developing countries? Gender and domestic decisions in Sri Lanka. **Sociological Forum**, v. 12, n. 4, 1997.
- MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.; BOENDER, C. **Measuring women's empowerment as a variable in international development**. Poverty and Gender: New Perspectives, World Bank Workshop, June, 2002.
- MASON, K.; SMITH, H. **Women's empowerment and social context: results from five Asian countries**. Gender and Development Group, World Bank, Washington, DC, jan., 2003.
- MOLYNEUX, M. Mothers at the service of the new poverty agenda: Progres/Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. **Social Policy & Administration**, v. 40, n. 4, 2006.
- MOLYNEUX, M. Two Cheers for CCTs. **IDS Bulletin**, v. 38, n. 3, p. 69-74, May, 2007.
- MOREIRA, G. C.; MATTOS, L. B.; TEIXEIRA, E. C.; CUNHA, D. A. Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Estudos Econômicos**, v.46, n. 4, 2016.
- MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; LIMA, A. A. T. F. C.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos centros de referência de assistência social. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 403-423, mar-abr, Rio de Janeiro, 2012.
- MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; MATTA, I. B. **De um lado este carnaval, do outro machismo total? Reflexões sobre gênero e Programa Bolsa Família**. Anais do XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2013.
- MOREIRA, N. C.; LIMA, A. A. T. F. C.; LOPES, M. de F. **Dimensões do Empoderamento das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família**. XXV Encontro da ANPAD, 2011.
- MORTON, G. D. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no Sertão Baiano. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 43-67, abr., 2013.
- OIT. **World Employment and Social Outlook: Trends for Women 2017**. Organização Internacional do Trabalho. OIT, Geneva, 2017.
- ONU. **Human Development Report 2019 - Beyond Income, Beyond Averages, Beyond Today: Inequalities in Human Development in the 21st Century**. Technical Notes. 2019.
- PASSOS, L.; WALTENBERG, F. Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 3, p. 517-539, set-dez, 2016.
- PATRIKAR, S. R.; BASANNAR, D. R.; SHARMA, M. S. Women empowerment and use of contraception. **Medical Journal Armed Forces India**, v. 70, n. 3, p. 253-56, July, 2014.
- PEIXOTO, S. L. F. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na Comunidade Morro da Vitória**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.
- PEREIRA, M. C.; RIBEIRO, F. B. No areal das mulheres: um benefício em família. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 87-104, abr., 2013.
- PERVAIZ, Z.; CHANI, M. I.; JAN, S. A.; CHAUNDHARY, A. R. Gender inequality and economic growth: a time series analysis for Pakistan. **Middle-East Journal of Scientific Research**, v. 10, n. 4, p. 434-39, 2011.

- PHAN, L. Measuring women's empowerment at household level using DHS Data of four Southeast Asian Countries. **Social Indicators Research**, n. 126, 2015.
- PIRES, A. Orçamento Familiar e Gênero: Percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 12, n. 145, p. 130-161, jan-abr, 2012.
- REGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, p. 21-42, abr. 2013.
- ROCHA, R. **Programas condicionais de transferência de renda e fecundidade: evidências do Bolsa Família**. Texto para Discussão, n. 19, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, jul., 2017.
- RODRIGUES, V. E Agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE. **Tomo**, n. 28, p. 73-100, jan.-jun, 2016.
- ROSENBAUM, P. R.; RUBIN, D. B. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. **Biometrika**, v.70, n.1, abr. 1983.
- ROWLANDS, J. Empowerment Examined. **Development in Practice**, v. 5, n. 2, May, 1995.
- ROY, A. D. Some thoughts on the distribution of earnings. **Oxford Economic Papers**, v. 3, n. 2, Jun., 1951.
- RUBIN, D. B. Estimating causal effects of treatments in randomized and nonrandomized studies. **Journal of Educational Psychology**, v. 66, n. 5, 1974.
- SEN, A. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1ª ed., Companhia das Letras, 2018.
- SEN, G. El Empoderamiento como un Enfoque a la Pobreza. In: ARRIAGADA, I.; TORRES, C. (Org.) **Género y Pobreza: Nuevas Dimensiones**. ISIS Internacional, Santiago 1998.
- SIGNORINI, B. A.; QUEIROZ, B. L. **The impact of Bolsa Família Program in the beneficiary fertility**. Texto para Discussão, n. 439, Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 2011.
- SILVA, T. F. (org.) **Bolsa Família 15 anos**. ESAF, Brasília, 2018.
- SIMÕES, P.; SOARES, R. B. Efeitos do Programa Bolsa Família na fecundidade das beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, v. 66, n. 4, p. 445-468, out-dez, 2012.
- STROMQUIST, N. La Búsqueda del Empoderamiento: En Qué Puede Contribuir el Campo de la Educación. In: LEÓN, M. **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. T/M Editores, Santa Fe de Bogotá, p. 75-95, 1997.
- SUÁREZ, M.; LIBARDONI, M. O Impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. **Avaliação de políticas e programas do MDS – resultados: Bolsa Família e Assistência Social**. MDS, Brasília, 2007.
- TAVARES, P. A. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho de mães. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 613-635, Campinas, dez, 2010.
- VARGHESE, T. Women empowerment in Oman: A study based on women empowerment index. **Far East Journal of Psychology and Business**, v. 2, n. 2, p. 37-53, Feb., 2011.
- WILLIAMS, P. O empoderamento feminino e as mulheres do Programa Bolsa Família. **Revista Três Pontos**, v. 11, n. 1, p. 18-30, jan., 2014.